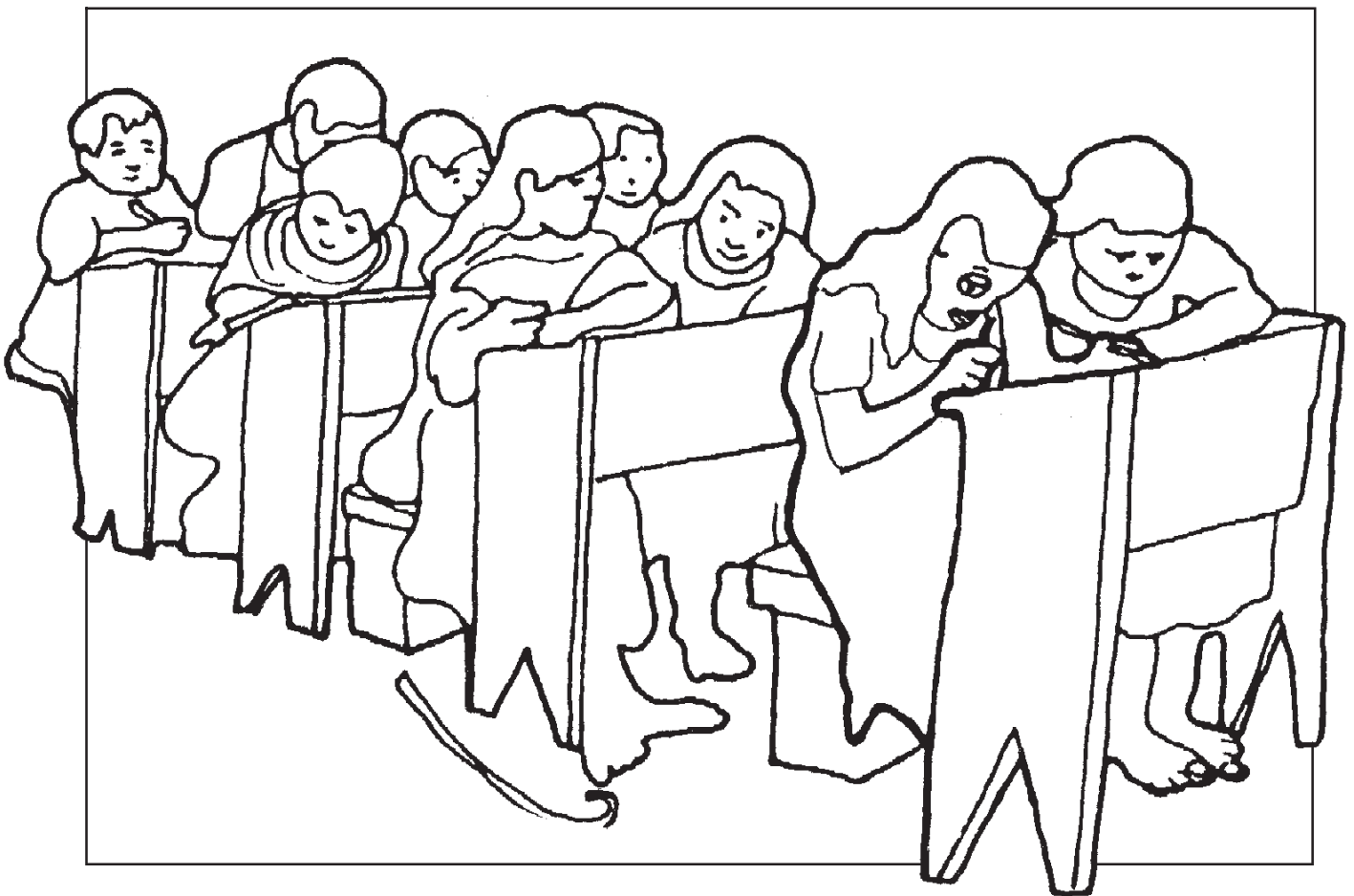


O objetivo deste trabalho é tecer algumas considerações sobre o encaminhamento dado à alfabetização em Mato Grosso do Sul no período de 1983 a 1990. Para isso, analisamos os documentos produzidos pelas equipes da Secretaria de Estado de Educação, durante esse período, e entrevistamos técnicos das Agências de Educação e da referida Secretaria sobre o encaminhamento e efetivação dos projetos. O que podemos concluir foi que a maioria dos projetos propostos para a alfabetização na rede estadual no período estudado não se efetivou na prática

Palavras-chave: alfabetização, rede estadual, década de oitenta.



This work aims at working out some considerations on the way literacy programs were conducted in Mato Grosso do Sul during the period 1983-1990. To this aim we analyzed documentation produced by teams working at the State Secretariat for Education during this period and also interviewed technicians of the Educational Agencies as to the follow-up and realization of the projects. We came to the conclusion that the majority of the projects proposed for literacy in public schooling were not put into practice.

Key words: Literacy, public schools, 1980s.

A Alfabetização em Mato Grosso do Sul 1983-1990*

Ana Lúcia
Espíndola

Professora do Departamento de
Educação da Universidade
Federal de Mato Grosso do Sul
- Centro Universitário de Três
Lagoas. Doutoranda em
Educação do Programa de
Pós-Graduação em Educação
da Universidade de São Paulo

* Aqui apresentado com
algumas modificações, este
artigo faz parte da dissertação
de Mestrado "A alfabetização
no Estado de Mato Grosso do
Sul (1979-1990): limites e
possibilidades das propostas
pedagógicas" apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Educação - Fundamentos da
Educação - da Universidade
Federal de São Carlos em 1998.

A Educação na Década de Oitenta

Durante a década de 80, o debate em torno das questões educacionais voltou a centralizar as atenções de educadores e de toda a sociedade civil. Após longos anos de silêncio, inúmeras preocupações passaram a polarizar as discussões de professores.

O processo de redemocratização do país, iniciado no final dos anos setenta, contribuiu para essa maior preocupação com a educação. Em primeiro lugar, por possibilitar a volta do debate de grandes temas educacionais e, em segundo lugar, pelo fato de, a partir das eleições diretas para governadores em 1982, partidos de oposição ao Governo Federal assumirem a administração de alguns Estados, dentre os quais Mato Grosso do Sul, desencadeando algumas mudanças na política educacional em suas respectivas administrações. Essas mudanças podem ser observadas principalmente no que diz respeito a promessa de maior participação da comunidade escolar na elaboração das políticas educacionais.

No quadro educacional, uma das grandes questões presentes na década foi a preocupação com a democratização da escola, palavra que passou a ser entendida não só como acesso das camadas populares à instituição escolar, mas também como permanência nos bancos escolares dessa parcela da população. A partir disso, os partidos de oposição que

assumem a administração de vários Estados passam a desenvolver diversos programas pedagógicos que apresentam, segundo Silva, pelo menos duas características básicas:

"São propostas de intervenção que visam atingir a totalidade dos sistemas escolares: e congregam um conjunto de ações que têm como alvo privilegiado as primeiras séries do ensino básico, aquelas onde incidem as mais altas taxas de repetência e evasão." (1992:9)

É fácil mente constatado que na educação brasil é ra parece haver um constante afã pé a novi dade

Quais os resultados efetivos de todas essas propostas e preocupações? Apesar das intervenções planejadas, pode-se afirmar que a escola pública permaneceu excludente durante a década de oitenta, pois não só continuou existindo um grande número de crianças fora da escola¹, como os índices de evasão e repetência continuaram bastante preocupantes²

Entretanto, para não cairmos em simplismos falsificadores, se faz necessário que tenhamos clareza dos condicionantes materiais que engendram essa situação, não procurando explicações apenas no interior da escola. Acreditamos que a grande limitação presente nos projetos desenvolvidos durante a década de oitenta foi, exatamente, a de prometer soluções para a educação limitadas a suas questões internas, desconsiderando as condições materiais que a estavam produzindo.

Assim, diversos projetos e programas foram implantados em todo o país, além da organização de novas propostas curriculares em diferentes Estados, tendo como preocupação, pelo menos proclamada, a melhoria da qualidade do ensino oferecido na rede pública.

Porém, esses programas e propostas levados a efeito pela administração pública, na maioria das vezes, não tiveram continuidade de uma administração para outra, ou até mesmo, em uma mesma administração. Cunha afirma que essa descontinuidade traz,

no mínimo, três conseqüências desastrosas para a escola pública de 1º e 2º graus:

"A primeira conseqüência é a impossibilidade de se avaliarem as políticas educacionais, o que só se pode fazer após um certo tempo de maturação, nem sempre curto. (...) A segunda conseqüência (...) é a desconfiança que os professores desenvolvem diante das mudanças que lhe aceenam a cada início de gestão. (...) Uma conseqüência derivada é que esse hábito

de resistir às mudanças inconseqüentes acaba por se fixar e fazer com que não se aceite até mesmo as políticas educacionais mais sadias e apropriadas." (1991: 475)

É facilmente constatado que na educação brasileira parece haver um constante afã pela novidade. Nesse processo, alguns teóricos são substituídos por outros, que estão, naquele momento, em maior evidência, conseguindo-se com isso apenas o descrédito da comunidade escolar, pois, entre outras coisas, começa a haver, por parte dos professores, uma rejeição a essas constantes novidades. A cada nova administração novas propostas são apresentadas como soluções definitivas para os problemas educacionais, acabando, porém, por não conseguir cumprir essa promessa, tendo em vista que muitos dos problemas colocados à educação não poderão ser resolvidos somente no âmbito da escola. Desse insucesso das propostas é que vem, muitas vezes, a desconfiança dos professores. Podemos afirmar que em Mato Grosso do Sul este é um fenômeno bastante evidente.

Uma das áreas mais discutidas, no que tange às mudanças relativas a propostas curriculares e projetos, foi, sem dúvida, a das primeiras séries da educação básica, especificamente a alfabetização. Talvez por nela se concentrar um elevado índice de evasão e repetência, passou a atrair a atenção de diversos estudiosos nas mais diferentes áreas do conhecimento, o que levou, conseqüentemente, a propostas de alteração metodológica como uma das formas de se tentar resolver o problema.

¹ Em 1985, ou seja, na metade da década, este índice era de 15%. (Cf. Germano, 1994:169)

² - Segundo Cunha (1991:36) apenas 58% dos alunos que ingressaram na primeira série em 1985 lograram aprovação para a segunda.

A Alfabetização em Mato Grosso do Sul

Mato Grosso do Sul, após eleger, contrariando as expectativas do governo federal, um governo de oposição, em 1982³, passou também a traçar sua política educacional⁴ de acordo com as premissas da democratização. Esta política começou a ser delineada no I Congresso Estadual Educação para a Democracia, que tinha por objetivo, com base em um documento inicial sugerido pela Secretaria e intitulado "Educação para a democracia", abrir o debate com a comunidade escolar a fito de colher subsídios para a confecção do II Plano Estadual de Educação (Bittar, 1992:42). Pela ansiedade que tomava conta de todos em participar e democratizar as relações na escola, o caminho congressual foi o escolhido pela Secretaria de Educação para a efetivação dessa tarefa. O Congresso foi realizado e as propostas aprovadas nesse evento passaram a nortear o trabalho desenvolvido pela equipe da Secretaria de Educação (Bittar, 1992:52) e, com base nessas propostas, elaborado o II PEE - Plano Estadual de Educação.

A grande preocupação que marcou o II PEE foi a questão da democratização da escola. Esta democratização deveria acontecer tanto no aspecto quantitativo, pela universalização do ensino, como no qualitativo, por meio de mudanças na prática pedagógica. Uma das questões mais sérias era suprir o déficit escolar que havia no Estado: aproximadamente 100.000 crianças de 7 a 14 anos fora da escola (II PEE, SE-MS, 1985:21). Outra questão elencada como prioridade foi a alfabetização, o que veio a desencadear inúmeros projetos envolvendo sua prática.

Não havia no Órgão Central, até 1983, uma equipe dedicada exclusivamente à alfabetização. Esse trabalho era realizado em parte pela equipe responsável pelo Pré-escolar e, em parte, pelo grupo encarregado

do ensino de primeiro grau. Em decorrência dos assustadores índices de evasão e reprovação que apareciam na passagem da primeira para a segunda série, uma das primeiras providências do novo secretário de educação, Leonardo Nunes da Cunha, foi formar uma equipe que trabalharia especificamente com a alfabetização⁵.

Nas questões relativas a uma política para alfabetização, várias propostas foram realizadas com o fito de tentar solucionar os problemas referentes aos altos índices de reprovação na primeira série. Nos documentos produzidos sobre o tema pela Secretaria de Educação, durante esse período, algumas constatações podem ser feitas.

Em primeiro lugar, a preocupação com a seletividade da escola era algo bastante presente, havendo uma tentativa de se desmitificar a função da escola como, também, reprodutora das estruturas sociais, conforme se pode observar na citação abaixo:

"Nessa medida, a escola, ao longo de sua trajetória, tem contribuído para perpetuação das diferenças sociais através de seu procedimento altamente seletivo, ao expurgar de suas classes crianças cujos pré-requisitos não correspondem às expectativas curriculares." (Alfabetização, desafios e compromissos- SE-MS, 1985: 1)

Esta democratização deveria acontecer tanto no aspecto quantitativo, pela universalização do ensino, como no qualitativo, por meio de mudanças na prática pedagógica.

Embora a educação e, nela, a alfabetização deixem de ser entendidas como apenas técnicas (como acontecia nos documentos produzidos anteriormente) e sua função política começa a ser discutida a solução para resolver o problema continua a ser buscada no âmbito escolar e a ele remetida. O discurso presente no documento estava em sintonia com o que tomava conta de toda a sociedade naquele momento: a necessidade da democratização e a denúncia de injustiças.

³ O governador eleito foi Wilson Barbosa Martins, do PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

⁴ Durante a administração de Wilson Barbosa Martins dois titulares ocuparam a pasta da educação: Leonardo Nunes da Cunha (1983-1985) e Idenor Machado (1985-1986).

⁵ Conforme depoimento da professora Regina Martins, gravado em 22 de abril de 1996.

Com base na necessidade de democratização, era apresentado como prioridade o trabalho com classes de alfabetização, tendo em vista que é nessa série "que se verificam as mais altas taxas de mortalidade escolar" (Alfabetização, desafios e compromissos, SE-MS, 1985:1). Foi valendo-se dessas idéias que todos os projetos relativos à alfabetização foram desenvolvidos.

Ao final de 1983, a constatação dos altos índices de reprovação, que atingiam a primeira série do primeiro grau, levou a Secretaria de Educação a elaborar o primeiro projeto com o intuito de tentar amenizar o problema a curto prazo. Foi elaborada uma proposta emergencial, do tipo experiência piloto, denominada "Reforço à alfabetização".

Segundo depoimento da professora Elisa Cesco, à época coordenadora geral de educação da Secretaria Estadual de Educação:

"No final de 1983 a gente se deparava (...) com as nossas crianças que estavam no processo terminal de alfabetização, alfabetização que eu estou dizendo enquanto domínio do código da leitura e da escrita, (...) e essa criança era dada como reprovada, entrava em férias e no outro ano começava tudo de novo e a gente viu que muitas dessas crianças com mais um mês ou um mês e meio de aula, poderiam terminar este processo, esta etapa inicial de sua alfabetização."⁶

Com base na necessidade de democratização, era apresentado como prioridade o trabalho com classes de alfabetização.

O projeto "Reforço" foi desenvolvido inicialmente em 12 escolas da periferia de Campo Grande, entre os meses de dezembro de 83 e janeiro de 84, sendo, posteriormente, a ação estendida também para a Agência Regional de Dourados, atingindo 8 escolas. (Alfabetização, desafios e compromissos, SE-MS, 1985: 6)

O principal objetivo do projeto era a redução dos índices de reprovação na primeira

série, através do reforço oferecido a essas crianças nas áreas de Linguagem, Educação Física e Educação Artística, durante os meses de férias escolares (dezembro e janeiro).

As aulas eram dadas por professores e monitores, em turmas de 12 alunos e acompanhadas diretamente pelos técnicos da Secretaria. A proposta previa que cada técnico seria responsável por um determinado número de escolas, onde deveria realizar o acompanhamento do trabalho desenvolvido pelas monitoras. No entanto, a equipe do órgão central planejava aula a aula e os monitores apenas executavam o trabalho planejado⁷.

Mesmo tendo uma clara divisão entre planejadores e executores, o projeto apresentou êxito, segundo seus objetivos: no primeiro ano de implantação obteve 90% de aprovação dos alunos atendidos e, no segundo ano, dos aproximadamente 2.900 alunos, 75% foram promovidos para a 2ª série (Por uma nova política de alfabetização, SE-MS, 1985:1 e Alfabetização, desafios e compromissos, SE-MS, 1985:6). Durante o ano de 1984, as classes que receberam alunos oriundos do Projeto Reforço tiveram acompanhamento por parte dos técnicos da Secretaria, com o objetivo tanto de observar o seu desempenho como, também, de prestar auxílio ao professor. Pode-se dizer que o projeto "Reforço" foi o único comum

encaminhamento coerente, apresentando princípio, meio e fim, sendo devidamente avaliado pela equipe que o desenvolveu.

A avaliação, em 1984, dos resultados do projeto "Reforço" levou a Secretaria de

Educação a constatar algumas necessidades prioritárias para a solução do problema da alfabetização a médio e longo prazos: a primeira delas dizia respeito à necessidade de se rever os critérios de promoção da 1ª para a 2ª séries. Constatou-se também a necessidade de treinamento e acompanhamento sistemático do alfabetizador e, por fim, para que essa nova política para a alfabetização fosse concretizada, observava-se a necessidade de integração

⁶ Depoimento gravado em 23 de abril de 1996

⁷ Segundo depoimento da professora Maria de Jesus, na época técnica da Secretaria de Educação, em 20 de março de 1996

do primeiro grau com o curso de Magistério, para, assim, preparar um novo perfil do professor alfabetizador (Por uma nova política de alfabetização, SE-MS, 1985:2). É a partir de tais constatações que são elaborados e desenvolvidos os novos projetos para a alfabetização.

A preocupação com o índice de reprovação na primeira série, que em Mato Grosso do Sul não diferia muito daquele verificado no resto do país, já havia levado um outro Estado, governado pelo PMDB, a tomar posição: a implantação do Projeto Ciclo Básico em São Paulo, que ampliava para dois anos o período destinado à alfabetização. Em Mato Grosso do Sul, não chegou a se implantar o Ciclo Básico, mas um outro projeto que guardava com este alguma semelhança: "Alfabetização em desdobramento", sendo desenvolvido em Campo Grande e Dourados simultaneamente.

Por que o "Alfabetização em Desdobramento" e não o "Ciclo Básico", como aconteceu em São Paulo e Minas Gerais, Estados também governados pelo PMDB⁸? Segundo a professora Elisa Cesco:

"Nós acreditávamos que essa etapa inicial de alfabetização deveria se dar no 1º e 2º ano de escola. E acho que nós não tivemos a audácia de implantar o CB por algumas questões: havia uma rejeição muito grande ao CB por parte dos professores em movimentos nacionais e a gente viu que iria se deparar com uma resistência muito grande, mas nós acreditávamos no CB. Para nós o desdobramento foi um intermediário, quer dizer,

as crianças que não tinham absolutas condições, não iriam para a 2º série, mas as que tivessem algumas chances iriam. E nós estaríamos assim marcando nossa posição de que a etapa inicial da alfabetização se daria em dois anos."⁹

Aparentemente, até mesmo por uma questão estratégica, há um cuidado por parte da equipe em não favorecer ainda mais um desgaste que, de certa forma, já havia sido ins-

A implantação de um projeto tão polêmico quanto o Ciclo Básico, naquele momento, provavelmente seria catastrófico para as já frágeis relações entre a Secretaria e o professorado.

talado entre Secretaria e professores¹⁰. A implantação de um projeto tão polêmico quanto o Ciclo Básico, naquele momento, provavelmente seria catastrófico para as já frágeis relações entre a Secretaria e o professorado.

O primeiro passo para o desenvolvimento do projeto "Desdobramento" foi o oferecimento, pela equipe da Secretaria de Educação, de um "treinamento" para todos os professores de 1ª e 2ª séries do primeiro grau, supervisores de 1ª a 4ª série, responsáveis pela alfabetização em cada Agência, representantes do Setor de Supervisão e a equipe de Alfabetização da Secretaria de Educação, com assessoramento direto da equipe da ESPLAN¹¹ de São Paulo (Alfabetização, desafios e compromissos, SE-MS, 1985:10). Esse treinamento deveria levar o professor alfabetizador a refletir sobre a questão da alfabetização, destacadamente sobre o caráter de continuidade que haveria de ter neste

⁸ Esta questão faz-se pertinente pelo fato de haver uma certa similaridade entre as propostas educacionais desenvolvidas pelos governos do PMDB em diferentes Estados. Segundo Bittar: "A experiência educacional de Mato Grosso do Sul, no contexto da transição democrática, porém não era a única. Ela estava articulada a outros governos oposicionistas, eleitos em 1982, que também se empenhavam na democratização da política educacional de seus Estados" (1992:53). É importante dizer também que o Projeto "Alfabetização em Desdobramento" já havia sido desenvolvido pela Secretaria de Educação do Município de São Paulo.

⁹ Depoimento gravado em 23 de abril de 1996

¹⁰ Havia por parte do movimento sindical uma acirrada rejeição às propostas desenvolvidas pela Secretaria de Educação. Isso acontecia principalmente pelo fato do governador eleito, Wilson Barbosa Martins, não ter atendido a uma reivindicação da FEPROSUL, entidade representativa dos professores, de que o cargo de Secretário de Educação deveria ser exercido por um professor da rede indicado pelo sindicato. Esta oposição persistiu até setembro de 1985, quando Leonardo Nunes da Cunha, por uma série de razões, resolveu demitir-se do cargo.

¹¹ ESPLAN: Estudo Planejado - Firma de Assessoria na área de Educação contratada pela Secretaria de Educação de MS para fornecer assessoria para a implantação do Projeto.

processo (Treinamento sobre o processo de desdobramento da alfabetização, SE-MS, 1985).

A essência do projeto residia em destacar novos critérios para a promoção de crianças da primeira para a segunda série. Essa promoção deveria acontecer quando a crian-

mento, gerando, assim, a necessidade de uma "Reorganização curricular":

"Frente à sistemática do Desdobramento do processo de Alfabetização, torna-se imprescindível a elaboração de uma proposta Curricular para as quatro primeiras séries do 1º grau, em consonância com os seus objetivos e procedimentos metodológicos" (Alfabetização, desafios e compromissos, SE-MS, 1985:13).

Pode-se observar que o projeto de "Alfabetização em desdobramento" passou a

ser o propulsor de outros diferentes projetos. A reorganização curricular, proposta a partir dele, deveria ser operacionalizada no ano de 1986 e, posteriormente, transformar-se em uma Diretriz Curricular discutida por todos os professores alfabetizadores. Entretanto, embora tenha sido produzido um documento inicial pela Secretaria de Educação, com sugestões de conteúdos mínimos e atividades a serem desenvolvidas na primeira e segunda séries do primeiro grau em 1986, a idéia de que isso posteriormente fosse avaliado pelos professores para que se pudesse, a partir daí, escrever as Diretrizes nos moldes descritos, nunca chegou a acontecer.

Da mesma forma que o "Projeto Ciclo Básico," o "Desdobramento" também enfrentou resistência por parte dos professores. Primeiramente, por viver a categoria estimulada pelas lideranças sindicais, uma "queda de braço" com o Secretário de Educação e sua equipe. A indisposição para com o Secretário fazia que as propostas apresentadas por sua equipe não fossem vistas com bons olhos por grande parte dos professores. Em segundo lugar, pelo fato de o projeto interferir em uma questão considerada intocável pelos alfabetizadores, qual seja, o direito de definir critérios de promoção a serem adotados. Embora não instituisse a promoção automática, o projeto diminuía a exigência em relação a esses critérios de promoção e isso logo foi apontado pelos professores como um possível "rebaixamento" do nível de ensino.

Apesar da resistência, as classes de Desdobramento continuaram existindo na Rede Estadual até o ano de 1986. A partir de 1987, o contato da equipe da Secretaria de Educação com as descobertas de Emilia Ferreiro iria colocar a necessidade de se rever a con-

Da mesma forma que o "Projeto Ciclo Básico", o "Desdobramento" também enfrentou resistência por parte dos professores.

ça demonstrasse "habilidade de ler e escrever, com compreensão de textos envolvendo os padrões silábicos considerados simples" (Alfabetização, desafios e compromissos, SE-MS, 1985:12).

As crianças promovidas por este critério (domínio dos padrões silábicos considerados simples) formariam, sempre da forma mais homogênea possível, as chamadas salas de segunda série em desdobramento. Nestas salas, o primeiro bimestre do ano letivo seria usado para retomar e revisar as sílabas simples já estudadas na primeira série. Somente no segundo bimestre seriam apresentadas as chamadas "sílabas complexas", que seriam sistematizadas no terceiro bimestre, e, por fim, no quarto bimestre se investiria no aprimoramento da leitura e escrita (Orientações para a 2ª série em desdobramento, SE-MS, 1985:1).

É importante que se diga que, ainda em 1984, começou também a ser realizado, em Campo Grande e Dourados, o "Programa de acompanhamento pedagógico aos professores de 1ª e 2ª séries do 1º grau", que se caracterizava por reuniões mensais, envolvendo professores alfabetizadores e supervisores das escolas estaduais, além de professores de 2ª série, que começaram a participar apenas nos últimos encontros com o propósito de discutir critérios de aprovação da primeira para a segunda série. Esses encontros, em que diferentes temas sobre alfabetização foram abordados, vieram favorecer e auxiliar o desenvolvimento do projeto "Alfabetização em desdobramento".

Além dos critérios de promoção, novas propostas metodológicas começaram a ser discutidas para a implantação do desdobra-

cepção de alfabetização defendida pelo Desdobramento, especialmente a questão dos padrões silábicos simples e complexos. Assim, o projeto foi desativado sem que houvesse avaliação de seus resultados e nem mesmo fosse dada alguma explicação aos professores envolvidos no trabalho do porquê de sua interrupção.

O Projeto "Alfabetização em desdobramento" apontou a necessidade de se discutir a alfabetização e com isso contribuiu para que novas alternativas fossem buscadas na rede estadual. Além dos projetos desenvolvidos, houve também, no período de 1983 a 1986, uma infinidade de cursos de aperfeiçoamento¹² oferecidos aos professores alfabetizadores, alguns ministrados pelos próprios técnicos da Secretaria de Educação e outros por empresas de outros Estados contratadas para esse fim.

Pode-se dizer com isso que a Secretaria de Educação, de 1983 a 1985¹³, se fez bastante atuante no que tange à implantação de novos projetos; entretanto, muitos deles sofreram sérias resistências por parte dos professores. Acreditamos que esta resistência se faz principalmente porque diante de tantas propostas de mudanças, que normalmente não têm continuidade e nem mesmo são avaliadas, o professor passa a rejeitar qualquer nova proposta metodológica, mesmo aquelas mais sérias e comprometidas. Conforme afirma a professora Elisa Cesco:

"Uma das questões que eu acho que impede o professor de acreditar e de, inicialmente já falar sim às propostas da Secretaria é o que eu chamo do mo-

dismo ou da hora da novidade na Secretaria de Educação. (...) A Secretaria coloca algumas metas, alguns projetos, envolve (...) técnica e emocionalmente o professor (...) faz a proposta, esse professor diz sim, acredita e, imediatamente aquela administração é trocada, não pre-

cisa nem que o mandato de governador seja outro, se o secretário é trocado, (...) os projetos se esvaem, eles não são terminados, não há uma avaliação dos projetos; aí chega outra equipe e pede para o professor começar a acreditar em tudo de novo."¹⁴

O período de administração de Wilson Barbosa Martins foi marcado, em toda a sociedade civil, pela luta pela democracia. Por isso, os projetos desenvolvidos em alfabetização durante este período têm a marca do que está acontecendo em toda a sociedade na primeira metade da década de oitenta: a preocupação com a democratização e a necessidade de se garantir essa democratização também no que diz respeito à qualidade na educação por meio da tentativa de mudanças metodológicas.

Em 1987, houve mudança na administração estadual, assumindo o governo do Estado um outro representante do PMDB, Marcelo Miranda Soares. Três secretários ocuparam a Pasta da Educação durante esta administração: Aleixo Paraguassu Neto, Valter Pereira e Mauro Polizer. Embora estando todos no mesmo governo, apresentaram características e propostas bastante diferentes, o que vem corroborar a afirmação de que não é necessário que se mude o governador para que se mudem os rumos dados à educação. Cada novo secretário quer deixar sua marca e para isso considera necessário

Pode-se dizer com isso que a Secretaria de Educação, de 1983 a 1988, se fez bastante atuante no que tange à implantação de novos projetos.

desenvolver novos projetos sem que os anteriores tenham sido concluídos e devidamente avaliados.

A administração de Aleixo Paraguassu se caracterizou pela tentativa de dar continuidade ao trabalho iniciado por Leonardo Nunes da Cunha, no governo de Wilson Barbosa

¹² É impossível precisar o número de cursos tendo em vista que a Secretaria de Educação não guarda registros sobre isso.

¹³ Embora o governo de Wilson Barbosa Martins vá até o final de 1986, acreditamos que quando Leonardo Nunes da Cunha deixa a Secretaria de Educação, em 1985, não se consegue manter a mesma política de desenvolvimento de projetos na SEE.

¹⁴ Depoimento gravado em 23 de abril de 1996

Martins. Por este motivo, a Secretaria de Educação organizou o Seminário e o Congresso Estadual "A educação na Escola Pública", com o intuito, como já havia acontecido na administração de Leonardo Nunes da Cunha, de colher subsídios para a elaboração do III Plano Estadual de Educação.

A elaboração do III PEE, a partir de propostas oriundas da comunidade escolar, fez que houvesse algumas diferenças entre o conteúdo do III PEE e as propostas que eram apresentadas pelo governo. Um exemplo disso é o fato de Marcelo Miranda fazer sempre um discurso de neutralidade, apresentando seu governo como preocupado com o bem-estar da população em geral. Enquanto isso, o documento final do III PEE não se apresentava como neutro, trazendo uma preocupação explícita com a classe trabalhadora (Rocha, 1992:94).

Entretanto, a publicação do III PEE somente seria efetivada na administração de Valter Pereira e com algumas modificações às propostas originalmente feitas pela comunidade escolar. Essas modificações ocorreram pelo fato de a nova administração considerar o Plano muito "radical".¹⁵ Pode-se dizer que o conceito de participação defendido pela equipe do novo secretário é bastante peculiar: é possível participar desde que esta participação esteja de acordo com as premissas apontadas pela Secretaria. Esta atitude de modificação da proposta original, levando a uma participação

As principais preocupações do Plano definiam-se ao elencar como princípios a questão da universalização do ensino, da democratização administrativa e a valorização do educador. Estes princípios também foram anunciados quando da elaboração da Constituição Federal de 1988, estando, portanto, o plano, em sintonia com o que estava colocado como preocupação em âmbito nacional.

Para atender à questão da universalização do ensino, o Plano proclamava uma grande preocupação com mais construções de salas de aula, denunciando que havia ainda em Mato Grosso do Sul um número elevado de alunos sem acesso à educação básica. Apontava como necessário também o oferecimento de um ensino de melhor qualidade que visasse à redução das altas taxas de evasão e reprovação.

No que tange à questão da democratização administrativa, o Plano considerava em suas estratégias a "Implantação de Colegiados, formados e eleitos por corpo docente, discente, administrativo e pais" além de "eleição direta para Agentes de Educação e Diretores de unidades escolares com participação do corpo docente, discente, administrativo e pais" (p.38). Entretanto, estas práticas não seriam efetivadas durante o governo de Marcelo Miranda Soares e nem pelo Secretário que estava à frente da Secretaria durante a publicação do Plano. As eleições diretas, bem como a implantação da administração colegiada, somente vieram a acontecer no governo de Pedro Pedrossian, eleito após o

término do mandato de Soares.

Com relação à valorização do educador, apontado no III PEE como um dos princípios norteadores das ações da Secretaria, é importante ressaltar que o período de

1988 a 1991, ao qual se refere o Plano, foi dos mais draconianos para os professores sulmato-grossenses, tanto no que se refere à questão salarial quanto ao próprio investimento em uma melhor qualificação docente mediante cursos de aperfeiçoamento oferecidos pela Secretaria. O piso salarial dos professores que, em 1987, era de 2.5 salários mínimos, caiu, em 1988 para 1.7, sem con-

Pode-se dizer que o conceito de participação defendido pela equipe do novo secretário é bastante peculiar: é possível participar desde que esta participação esteja de acordo com as premissas apontadas pela Secretaria.

pela metade, vai de encontro ao que é defendido no próprio Plano, que diz: "É fundamental que a participação seja realmente **crítica e coletiva** para opor-se definitivamente às práticas burocráticas e tecnicistas que distanciam os planejadores daqueles que executam as tarefas e serviços" (Plano Estadual de Educação, -1988-1991 - SE-MS, 1989:25, grifo nosso).

¹⁵A própria Secretária-Adjunta de Educação, Neli Luzio admite as mudanças: "Mas, nós tínhamos que ter um plano na Secretaria. Eu disse ao secretário que sem plano a Secretaria não teria recursos do MEC. Então a gente fez modificações nas partes que eu achei que deviam ser suprimidas." (Cf. Rocha, 1992:116).

tar os inúmeros atrasos no recebimento de salários.

A gestão de Valter Pereira como Secretário de Educação foi marcada pelo discurso de resgate do prestígio da Escola Pública. Isto levou sua equipe a organizar seu plano de ação para 1989-1990 com o título de "Resgate do prestígio da Escola Pública".

Este objetivo de resgatar o prestígio da Escola Pública seria efetivado por meio da realização dos seguintes programas: Programa de Melhoria da Educação Básica, Programa de Melhoria da Educação Especial, Programa de Melhoria da Educação de 2º grau, Programa de Apoio ao Educando, Programa de Arte/Educação, Programa de Educação Indígena, Programa Alternativo de Promoção Humana, Programa de Municipalização do Ensino, Programa de Investigação Científica, cada um deles contando com alguns subprogramas (Resgate do Prestígio da Escola Pública - Plano de Ação - 1989-1990, SE-MS, 1989).

Um documento elaborado como parte integrante do Programa de Melhoria da Educação Básica foi o "Diretrizes Gerais para o Ensino de Pré-Escolar e de 1º grau", caracterizando-se como um documento importante (além do III PEE) para o entendimento do trato dispensado à questão educacional no Governo de Marcelo Miranda Soares. Estas diretrizes foram elaboradas por professores de diferentes áreas e pelas equipes da Secretaria de Educação. Talvez por este fato, apresente características bastante peculiares.

A opção da Secretaria de Educação por trabalhar com a participação dos professores veio com a intenção de "eliminar a perspectiva de pacotes prontos", (Monteiro, 1992:71) garantindo assim que o documento representasse uma produção coletiva. Esta produção foi dividida entre 9 equipes: Pré-Escolar, Português, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, História, Geografia, Educação Artística e Educação Física

Pode-se observar que não há uma mesma estrutura no documento final, o que decorre do fato de ter sido elaborado por grupos diferentes. Além do aspecto formal pode-se dizer também que há algumas diferenças em relação às propostas apresentadas por algumas equipes. Isso pode ser observado na pre-

ocupação que algumas propostas trazem em apontar o papel que a escola poderá desempenhar para as transformações sociais e também na opção pelo referencial piagetiano que pode ser observado em algumas delas.

O fato de se ter, em um mesmo documento, algumas propostas que apontam para o referencial construtivista e outras onde isso não aparece nos parece um tanto incoerente, quando se observa que toda a proposta curricular estará sendo dirigida a um mesmo professor, no caso das séries iniciais. Isto

Além do aspecto formal pode-se dizer também que há algumas diferenças em relação às propostas apresentadas por algumas equipes.

posto, em se tratando das séries iniciais da educação básica, torna-se difícil imaginar como o professor poderia ser construtivista em português e matemática, por exemplo, e não o ser nas demais disciplinas, tendo em vista que o princípio a nortear o seu trabalho deveria ser o mesmo, ou seja, a construção do saber pelo aluno em contato com o objeto do conhecimento.

A análise das diferentes propostas presentes nas Diretrizes Curriculares de 1989 nos leva a concluir que a "febre" do construtivismo atingiu mais alguns campos do conhecimento que outros e esteve mais presente no Pré-Escolar e nas séries iniciais que nas séries finais do primeiro grau em Mato Grosso do Sul.

Como a Secretaria de Educação preferiu não interferir no documento final, respeitando o que havia sido produzido por cada equipe, possibilitou que o ecletismo pedagógico presente na prática do professor que atua em sala de aula e até mesmo a falta de clareza quanto ao referencial teórico adotado por ele ficassem bastante expostos. O documento, ao não manter uma linha única em todas as suas propostas, apenas refletiu o que acontecia na prática da maioria dos profissionais do ensino.

Na avaliação da professora Ana Lúcia Nunes da Cunha Vilela, que participou na coordenação da elaboração, tanto das Diretrizes de 1980 quanto das de 1989, o que aconteceu quando se tentou respeitar o documento produzido pelo professor, foi que se saiu de um extremo e caiu-se em outro:

"(...) Na de 79 [Diretriz elaborada em 79 e publicada em 1980] a gente achava que os técnicos eram pessoas que tinham condições de prescrever alguma coisa para os professores e que isso garantiria o sucesso das diretrizes, e a gente viu que não foi por aí. E na de 89, o que se achava era que com a participação dos professores, se tinha a garantia da implantação e execução, o que também não foi verdade. (...) O professor não tinha cla-

Portanto, apesar de o construtivismo ter sido a linha teórica escolhida por algumas das equipes, não se pode dizer que com isso tenha havido realmente a garantia da implantação de uma proposta realmente construtivista na Rede Estadual. Mais uma vez a mudança ficou apenas no discurso, porém agora um discurso não apenas dos técnicos da Secretaria, mas também de alguns professores que participaram na elaboração da proposta.

É importante não esquecer que o professor também é marcado por todas as contradições presentes na sociedade e, conseqüentemente, na escola.

Além disso, é importante não esquecer que o professor também é marcado por todas as contradições presentes na sociedade e, conseqüentemente, na escola. O simples fato

de garantir sua participação na elaboração das Diretrizes Curriculares, embora seja algo importante, não poderia, isoladamente, garantir a qualidade desse documento, pois na maioria das vezes o aprofundamento teórico desse profissional está bastante comprometido em virtude das condições de vida e trabalho que lhe são oferecidas.

reza de uma postura teórica, quem tinha continuou tendo, quem não tinha continuou não tendo. Porque o espaço para discussão era pequeno."¹⁶
Da mesma forma como já havia acontecido com a primeira diretriz curricular publicada em 1980, a de 1989, embora elaborada com a participação de professores, não chegou a reformular a prática pedagógica nas escolas, sendo desativada em 1992, quando outra nova diretriz curricular foi elaborada.

No que se refere especificamente à alfabetização, em comparação com o governo de Wilson Barbosa Martins, poucos projetos foram desenvolvidos na administração de Marcelo Miranda Soares. É importante, ainda, dizer que foram ações envolvendo um contingente menor de alunos e professores, ao contrário das propostas levadas a efeito pelas equipes anteriores.

O que se pode concluir em relação ao fato de as Diretrizes Curriculares de 1989, a exemplo do que já havia acontecido com a de 1980, não ter sido efetivada é que, na verdade, não basta que se faça o discurso da mudança, se não existirem condições reais para isso.
Parece que um dos equívocos dos técnicos do Órgão Central foi acreditar que apenas o fato de garantir algumas mudanças pedagógicas na proposta e essa proposta ser elaborada com a participação de professores bastariam para que as transformações se dessem. A fala da professora Ana Lúcia Nunes da Cunha Vilela confirma essa suspeita:

"Na avaliação da Secretaria na época, achava-se que essa postura teórica [aquela defendida pelos técnicos da Secretaria] já tinha chegado às escolas. E daí nós vimos que não tinha chegado nada."¹⁷

É a partir de 1987 que começou a aparecer, nos documentos produzidos pela equipe de 1ª a 4ª série, uma opção clara e bem delineada pelo construtivismo, bem como uma proposta de redefinir a concepção de alfabetização com base nas descobertas de Emília Ferreiro e sua equipe:

"Um outro aspecto discutido neste ano [1987] foi quanto à redefinição da política de alfabetização no Estado. (...) Assim sendo, a equipe de 1ª e 4ª série definiu como pressuposto a teoria construtivista-interacionista, que irá nortear todo o trabalho pedagógico a ser desenvolvido no Ensino de 1º grau - 1ª a 4ª série na Rede Estadual de Ensino. Essa teoria surgiu a

¹⁶ Depoimento gravado em 10 de julho de 1996

¹⁷ Depoimento gravado em 10 de julho de 1996

partir do trabalho psicológico realizado por Jean Piaget baseado no qual a pesquisadora Emília Ferreiro desenvolveu sua pesquisa na área de alfabetização” (Síntese das ações de Alfabetização no período de 1983 à 1988, SE-MS, s/d:7).

Essa opção pode ser observada também nas assessorias oferecidas pela Secretaria de Educação aos técnicos das Agências Regionais e a seus próprios técnicos, a partir de 1987, quando apareceu pela primeira vez um curso tratando das descobertas de Emília Ferreiro: “Evolução da Aprendizagem, da Leitura e da Escrita segundo Emília Ferreiro e Ana Teberosky”.

Apesar disso, há todo um cuidado, por parte da equipe, na propagação das descobertas de Ferreiro, cuidado este, ao nosso ver, bastante salutar:

“(…) A viabilização do referencial teórico de Emília Ferreiro na Rede Pública de Ensino deverá ser revestida de cautela, acontecendo de forma gradual, com constantes avaliações e não se esquecendo de levar sempre em consideração as possibilidades e limites dos elementos envolvidos na sua realização” (Síntese das ações de alfabetização no período de 1983 a 1988, SE-MS, s/d:7).

É talvez por causa desse cuidado que a equipe iria propor ações menos abrangentes do que as que aconteciam no governo anterior e, a partir disso, com o objetivo de “gradativamente desenvolver uma proposta pedagógica a nível de escola fundamentada nos princípios teóricos da educação construtivista” (Proposta de trabalho para 1989/1990, equipe de 1ª a 4ª série, SE-MS, s/d:2) começou a ser desenvol-

vida uma ação experimental na EEPG “Arlindo de Andrade Gomes”, situada em Campo Grande, envolvendo primeiramente professores de 1ª e 2ª séries e que deveria, posteriormente, ser estendida também às 3ª e 4ª séries.

Agora o que movia a ação das equipes da SE não eram somente os alarmantes índices de evasão e repetência nas primeiras séries (embora reduzir esses índices também se fizesse presente nos objetivos do projeto), mas, especialmente, a questão de se utilizar um novo referencial teórico para a questão da alfabetização, qual seja, o construtivismo.

O ano de 1987 deveria ser somente para o aprofundamento teórico dos envolvidos, e somente em 1988 as mudanças metodológicas estariam ocorrendo em sala de aula. Entretanto, em meados de 1988, ao mudar o Secretário de Educação, o projeto foi abandonado, sem que sequer fosse feita uma avaliação de seus resultados, conforme afirmação da Professora Regina Martins, técnica da Secretaria da Educação, na época responsável pelo projeto: “Infelizmente antes do término do final do ano o trabalho foi interrompido por questões políticas”. Esta interrupção não possibilitou que houvesse por parte da equipe uma avaliação dos resultados alcançados pelo trabalho. Entretanto, o que aconteceu com esse projeto, ao contrário de ser uma exceção, se apresenta como uma regra nas propostas pedagógicas desenvolvidas no Mato Grosso do Sul. Praticamente todas acabaram¹⁸, ou melhor, diluíram-se sem uma avaliação dos resultados obtidos, tendo como único efeito prático a descrença dos professores em novas propostas de mudanças.

Uma questão que merece destaque, durante esta década de tentativas de utilização de

Entretanto, em meados de 1988, ao mudar o secretário de Educação, o projeto foi abandonado sem que sequer fosse feita uma avaliação de seus resultados.

novas metodologias, é o índice de reprovação¹⁹ na primeira série, tendo em vista que o grande objetivo proclamado por quase todas as equipes era minimizar estes índices. De 1983 a 1990, o que se pode observar é que este objetivo não foi alcançado, pois o índice

¹⁸ Estamos considerando também os projetos para alfabetização desenvolvidos de 1979 a 1982 nas administrações dos governadores indicados pelo Governo Federal.

¹⁹ Não nos foram fornecidos os índices de evasão pela Diretoria de Estatística da Secretaria Estadual de Educação.

de reprovação na primeira série continuou variando de 31% a 35%²⁰, tendo uma redução apenas em 1985 para 29%, com a utilização do projeto alfabetização em desdobramento, provavelmente pelo fato de o "Desdobramento" diminuir as exigências em relação aos critérios de promoção. Nos outros anos, o índice manteve-se inalterado ou em ascensão, como em 1990. Ou seja, a preocupação central das equipes, mediante novos projetos, focalizando a questão pedagógica, não surtiu efeito no que diz respeito a minorar os índices de reprovação no Estado de Mato Grosso do Sul.

Considerações Finais

Durante a década de oitenta, o discurso da democratização, que naquele momento se fazia presente nos diferentes espaços sociais, começa a atingir também a educação. A preocupação com a seletividade da escola passou, pelo menos no discurso, a orientar as ações dos órgãos gestores do ensino público, com o fito de torná-la menos excludente e discriminatória. Isto pode ser observado especialmente na alfabetização, cujos índices de evasão e repetência têm sido, nas últimas décadas, dos mais alarmantes.

No Estado de Mato Grosso do Sul, essa preocupação também pode ser observada ao se analisar os diferentes projetos elaborados e desenvolvidos pela Secretaria Estadual de Educação, durante o período de 1983 a 1990, visando especificamente às séries iniciais e

Podemos verificar, no entanto, que poucas mudanças ocorreram na prática efetiva. Os próprios técnicos responsáveis pela implantação dos projetos admitem isso. Acreditamos que as causas dessa não mudança, pregada no discurso e inexistente na prática, podem ser encontradas no fato de que há, por parte do professor, uma certa desconfiança em relação aos projetos apresentados. Isto porque praticamente todos são abandonados após algum tempo da tentativa de utilização, especialmente em relação às novas metodologias, sem que haja, por parte do órgão responsável por sua divulgação, uma preocupação em discutir com o professor as causas da não continuidade, quer seja por questões políticas, quer pelas mudanças sugeridas por novas pesquisas.

O quadro descrito ao longo deste artigo revela gerar-se no professor uma certa resistência quanto a se aventurar em novas propostas, pois no momento em que começa a sentir-se seguro com uma metodologia, surge uma outra "novidade" e a anterior é abandonada. Isso pode ser constatado especificamente no caso do projeto "Alfabetização em Desdobramento", pois quando começou a haver uma aceitação em relação a discutir os princípios colocados por ele, houve uma mudança na orientação a partir dos pressupostos colocados por Emília Ferreiro. É evidente que as descobertas de Ferreiro colocavam por terra as crenças do desdobramento, porém a forma de levar isso até o professor, sem uma maior discussão acabou por deixar no ar a sensação de que simplesmente se estava aderindo a mais um modismo teórico.

Uma questão das mais importantes para se refletir é o tratamento fragmentado que acaba por se dar aos problemas

educacionais por parte dos órgãos gestores do ensino público, tentando travestir de técnicos problemas que, na verdade, são políticos e econômicos (Silva, 1995). Assim, também se apresentam soluções pretensamente técnicas para os problemas educacionais, resultando, portanto, em sua não superação.

Assim, também se apresentam soluções pretensamente técnicas para os problemas educacionais, resultando, portanto, em sua não superação.

nelas, prioritariamente, à alfabetização. O que se pode ver, pelos documentos produzidos pelas equipes, é que essas ações visavam diretamente ao aspecto pedagógico, propondo mudanças nas questões metodológicas como forma de se resolver o problema da evasão e repetência.

²⁰ Os índices de reprovação da primeira para a segunda série, segundo dados fornecidos pela Diretoria de Estatística da Secretaria de Estado de Educação foram os seguintes de 1983 a 1990: 32,50% (1983); 32% (1984); 29% (1985); 31% (1986); 33% (1987); 32% (1988); 33% (1989); 35% (1990).

Os índices de reprovação da primeira para a segunda série do ensino fundamental, durante os anos oitenta, indicam o quanto se conseguiu resolver efetivamente com a utilização de diferentes abordagens metodológicas: a reprovação aumentou na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul nos anos finais da década, provando que não se consegue resolver o problema sem atacar as verdadeiras causas que o engen-

dram, ou seja, as questões estruturais de uma sociedade excludente, conservadora, injusta e preconceituosa.

Acreditamos que a escola precisa ser reformulada em seus aspectos metodológicos, porém isto não poderá acontecer desvinculado da reflexão sobre a origem dos problemas educacionais que não podem ser buscados apenas nos limites internos da instituição escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BITTAR, M. *Estado e política educacional em MS (1983-1986): limites de uma proposta democrática*. Campo Grande, 1992. 148p. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- CUNHA, L. A. *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez: Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF: FLACSO do Brasil, 1991. 495p.
- ESPLAN - Estudo Planejado. *Plano de Curso - Alfabetização*, São Paulo, 1985
- GERMANO, J. N. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. 297p.
- MONTEIRO, A. *Estudo da evolução da questão curricular em Mato Grosso do Sul a partir de uma experiência vivenciada (1970-1991)*. Campo Grande, 1992. 121p. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- ROCHA, D. *A gestão da educação pública em MS: práticas racionalizadoras e clientelismo*. São Paulo, 1992. 151p. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MS. *1º Congresso Estadual: Educação para a democracia*, Campo Grande, 1983.
- _____. *Alfabetização, desafios e compromissos*, Campo Grande, 1984.
- _____. *Alfabetização, desafios e compromissos*, Campo Grande, 1985.
- _____. *II Plano Estadual de Educação 1985-1987 - Educação Para a Democracia*. Campo Grande, 1985.
- _____. *Rendimento escolar da rede estadual - Campo Grande*, 1985.
- _____. *Treinamento sobre o processo de desdobramento da alfabetização*. Campo Grande, 1985.
- _____. *Por uma nova política de alfabetização*, Campo Grande, 1985.
- _____. *Planejamento do curso: Alfabetização: repensando caminhos*. Campo Grande, 1986.
- _____. *Plano de trabalho trienal -86/88*. Campo Grande, 1986.
- _____. *Orientações preliminares sobre o desdobramento do processo de alfabetização - Língua Portuguesa*, Campo Grande, 1986.
- _____. *Projeto experimental na área de alfabetização*, Campo Grande, 1987.
- _____. *Plano Estadual de Educação 1988-1991*, Campo Grande, 1988.
- _____. *Diretrizes Gerais para o ensino de Pré-Escolar e de 1º grau*, Campo Grande, 1989.
- _____. *Resgate do Prestígio da escola pública - Plano de ação - 1989-1990*, 1989.
- _____. *Projeto de implantação de Educação Física na 1ª série do 1º grau*, s/d.
- _____. *Considerações gerais para implantação do desdobramento do processo de alfabetização em 1986*, Campo Grande, s/d.
- SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO/MS. *Datas das assessorias ou 2ª etapa das mesmas, com o objetivo de compatibilizar datas com o acompanhamento pedagógico*, s/d.
- _____. *Orientações para classes de 2ª série em desdobramento - Ciências e Saúde*, Campo Grande, s/d.
- _____. *Orientações preliminares sobre o desdobramento do processo de alfabetização- Estudos Sociais*, Campo Grande, s/d.
- _____. *Pressupostos teóricos das atividades da equipe de 1ª à 4ª séries*, s/d.
- _____. *Proposta de trabalho para 1989-1990*. Equipe de 1ª à 4ª série, s/d.
- _____. *Síntese das ações de alfabetização no período de 1983 à 1988*. Campo Grande, s/d.
- SILVA, R. N. et Ali O descumprimento das políticas públicas com a qualidade do ensino. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, nº 84, p.5-15, fevereiro, 1992.
- SILVA, T. T. "A nova direita" e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, P. A. & SILVA, T. T. (org.) *Neoliberalismo, qualidade total e educação - Visões críticas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. 204p.